

As Principais Causas da Não Formalização das Empresas na Cidade de Guarapari/ES

Máyra Vidal Nascimento¹
Elisabete Corcetti²

Resumo: Este artigo é uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, cujo objetivo é verificar as principais causas da não formalização das empresas na cidade de Guarapari/ES, ou ainda, o artigo vem auxiliar os novos empreendedores, governo, sociedade e demais interessados na temática, quanto às razões que contribuem para a formação deste quadro. Para sua realização foram adotados como instrumentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e questionário com perguntas fechadas, realizado com 198 (cento e noventa e oito) empreendedores na cidade de Guarapari/ES. Por fim, relatam-se os motivos que levaram a amostra estudada a empreender, e o perfil dos empreendedores não formalizados.

Palavras-chave: Empreendedores. Formalização. Informalidade. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Toda nação busca a melhor maneira de aumentar a sua capacidade de produzir bens e serviços que sejam suficientes ao bem estar da população. “No mundo todo, a máquina que faz girar a economia são novos negócios. (...) É do empreendedorismo que surge a geração de riqueza, de novos produtos, de novas ideias”, afirma o suíço Ronald Degen em entrevista com o SEBRAE, um dos primeiros a trabalhar com o conceito de empreendedorismo no Brasil. Ninguém nasce empreendedor, são várias as razões que levam as pessoas a montarem um negócio próprio. O convívio com pessoas próximas, trabalho e sociedade, podem contribuir com o desenvolvimento de algumas habilidades e competências (DOLABELA, 1999). Porém, para abrir um negócio de maneira segura precisa-se cumprir várias etapas com muito discernimento, observação e planejamento (SEBRAE, 2012). Atualmente, as empresas fazem parte de um cenário complexo, no qual facilmente encontramos o temor pelo excesso de burocracia influenciar de forma direta e negativa na tomada de decisão.

Muitas empresas não formalizadas ainda competem no mesmo mercado das demais, o SEBRAE (2012) constatou que 57% dos empreendedores individuais já possuíam seu negócio de maneira informal. Ao compreender a importância do processo de formalização das organizações, concomitante à observação da existência em quantidade relevante de empresas vivendo na informalidade, realizou-se um estudo que auxilie os novos empreendedores, governo, sociedade e demais interessados na temática, quanto às razões que contribuem para a formação deste quadro. Mediante o

¹ IFES. E-mail: betecor@ig.com.br

² IFES. E-mail: elisabetecor@ifes.edu.br

exposto, surge a seguinte pergunta norteadora: Quais são as possíveis causas da não formalização das empresas na cidade de Guarapari/ES?

Assim, o objetivo geral deste artigo é verificar as possíveis causas da não formalização das empresas na cidade de Guarapari/ES. O presente artigo é uma pesquisa Descritiva, com caráter quantitativo, adotando como instrumentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e o questionário com perguntas fechadas, realizado com 198 (cento e noventa e oito) empreendedores na cidade de Guarapari/ES.

EMPREENDEADORISMO

“O homem é um ser-para-empreender. O que determinará a ação empreendedora não são fatores externos, mas sim sua condição de potencialidade” (BOAVA e MACEDO 2006, p. 14).

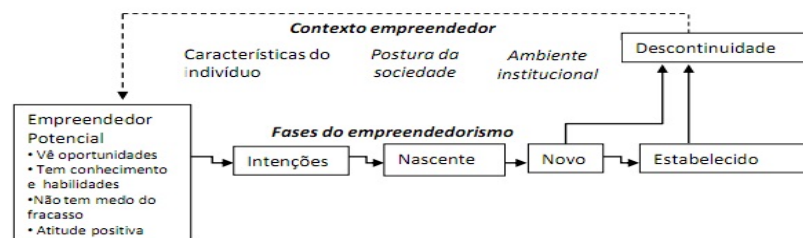


Figura 1: O processo empreendedor segundo definições adotadas pelo GEM.

Fonte: GEM (2011).

Conforme o GEM (Global Entrepreneurship Monitor), o empreendedorismo pode ser definido como um processo que envolve as diversas etapas de desenvolvimento do empreendimento, como mostra a figura 1, que se inicia na intenção de criar um negócio próprio, seguido pela parte em que ele oficialmente nasce (com até três meses), e parte para etapa de administrar o negócio em um momento inicial (com até 42 meses) ou já firmado. Ainda na figura 1, o GEM descreve como potencial empreendedor a pessoa que vê oportunidades, tem conhecimento e habilidades, não tem medo do fracasso e tem atitudes positivas. Já para Sentanin e Barboza (2005), empreendedorismo compreende o conjunto de processos e pessoas que auxilia na transformação de ideias em oportunidades, e a utilização adequada dessas oportunidades conduz à criação de negócios de sucesso.

Empreendedorismo corresponde a um termo que tem sido utilizado desde o período em que Marco Polo traçava suas rotas, atravessou a Idade Média e ganhou notoriedade no século XVII, quando se tornou distinto ao termo capitalista (DORNELAS, 2001). Uma análise histórica da evolução do empreendedorismo, feita por Murphy, Liao e Welsch, é descrita por BOAVA e MACEDO (2009) que identificaram que o momento atual pode ser chamado de Era do Empreendedorismo, pois os empreendedores estão cada vez mais atentos às mudanças do mercado, aos avanços tecnológicos, estão criando produtos e serviços inovadores, novas relações de

trabalho e emprego, gerando riqueza para a sociedade (SENTANIN e BARBOZA, 2005). Porém, muitos empreendedores, quando se deparam com o processo de abertura de um negócio, acabam optando pela informalidade, “é possível inferir que ainda há milhões de brasileiros na informalidade” (GEM, 2011).

INFORMALIDADE

O mercado informal não deve ser considerado um fator recente no Brasil, pois o mesmo pode ser observado há algumas décadas. Nos anos de 1960/1970, esta economia, também chamada de “velha informalidade”, classificava o trabalho informal como subemprego, época em que o mercado encontrava-se em transição, gerando desemprego e fazendo com que as pessoas saíssem do campo e se instalassem nas cidades industrializadas (SANTOS, 2008). Nesse mesmo período, no ano de 1972, surge a primeira conceituação pública de “Setor Informal”, vinda de um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que se afirma que dois tipos de mercado de trabalho operavam paralelamente:

a) um setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada³, com recursos externos, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos, protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão de obra qualificada; e b) um setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados (SILVA, et al., 2002, p. 03).

No referido estudo, as ações praticadas pelos trabalhadores desfavorecidos, que não eram registrados ou regulamentados, eram identificadas no setor informal (FEIJO, SILVA, SOUZA, 2009). Nos anos 1980, o aumento da informalidade foi marcado pelo excesso de regulação, proveniente da nova Constituição, que veio a reforçar os direitos do trabalho, conforme Santos (2008). Já a partir de 1990, o grau de informalidade sofreu um aumento sem precedentes, resultante da elevação do número de trabalhadores sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria. Durante este período, o crescimento da informalidade foi consideravelmente maior do que nos três primeiros anos da década de 1980, o que indica que esse aumento estaria associado a um fenômeno estrutural (ULYSSEA, 2006). O setor informal também pode ser definido como “a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, ou mesmo, como o conjunto de trabalhadores que não contribui para a previdência social” (ULYSSEA, 2006 p. 597). Silva, et al. (2002) descrevem três fenômenos da informalidade:

³ Porter (2002) cita barreiras à entrada como um dos componentes relativos aos novos entrantes - uma das cinco forças da competitividade. As demais são: fornecedores, concorrentes, compradores e substitutos.

a) Ilegalidade – Para este caso, definida como contratação de funcionários sem seguir a Consolidação da Leis Trabalhista (CLT), como por exemplo, sem carteira de trabalho assinada. Cabe lembrar que a informalidade não significa especificamente marginalidade. Pois, apesar de existirem atividades informais criminosas sendo desenvolvidas no país, as atividades informais não são necessariamente criminosas;

b) Autonomia – Neste fenômeno, observamos os trabalhadores autônomos informais, que buscam, através do negócio próprio, estarem livres dos patrões, jornadas mais flexíveis e salários melhores;

c) Microempreendimento – Neste fenômeno, estão relacionadas as atividades de microempreendimento, não legalizadas, em que são contratados poucos funcionários. Os empreendedores têm essa iniciativa devido à grande burocratização, bem como do peso da legalização no orçamento da firma.

Um alto índice de empresas no mercado de trabalho informal pode impactar significativamente fatores da economia. O receio sobre este cenário é facilmente observado no que diz respeito aos trabalhadores não usufruírem dos benefícios adquiridos com a legislação trabalhista. Porém as preocupações não param por aí. Pelo lado fiscal, um grande índice de informalidade pode resultar em evasão e perda na arrecadação tributária. E ainda, a informalidade pode afetar a produtividade e o crescimento da economia, por meio da baixa qualidade dos empregos gerados (HIRATA, MACHADO, 2010; PAES, 2010; ULYSSEA, 2006).

Atualmente, vive-se em meio a uma sociedade heterogênea, que se encontra em constante mudança, seja ela de caráter social, cultural ou profissional. Sendo assim, não é necessário que a informalidade seja encarada apenas como algo que deva ser combatido, mas sim, em todas as suas dimensões. “Os esforços devem se concentrar na busca de proteção para todos; a proteção social deve estar atrelada às pessoas e não à condição de ocupação” (PASTORE, 2000, p. 9) O Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresenta um conjunto extenso de políticas públicas com foco no tratamento da informalidade, como exemplos, têm-se as políticas de fiscalização do cumprimento da legislação e de formalização do vínculo empregatício, políticas voltadas à ampliação dos postos de trabalho e à geração de renda, além de medidas com a finalidade de atualizar a legislação trabalhista (PASTORE, 2000). Essas ações governamentais refletiram na redução do setor informal no mercado de trabalho, tanto no país como no estado do Espírito Santo, entre os anos de 2000 e 2010 (IJSN, 2012).

A taxa de informalidade, no estado do Espírito Santo, recuou de 49,26%, em 2000, para 35,77%, em 2010, de acordo com dados do IBGE (2010). Na região Metropolitana, composta pelos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Fundão, Viana e Guarapari, a redução foi de 43,76% para 30,60%, e na região não metropolitana, composta pelas demais microrregiões, num total de 71 municípios, foi mais elevada: de 55,57% para 42,10%. A redução dos vínculos informais é considerada ponto fundamental para dar fim ao “ciclo vicioso” da informalidade. O trabalho não legalizado surge como opção, a fim de evitar que o indivíduo fique à margem da

sociedade em alguns mercados, porém, mesmo trabalhando, ou possuindo um meio de manter-se ocupado, tal empreendedor vive desprovido de benefícios sociais e proteção da legislação trabalhista, aos quais teria direito, trabalhando de modo formal (IJSN, 2012).

Atualmente, no Brasil, os empreendedores contam com o apoio do Governo e de Órgãos credenciados na assessoria e orientação do processo de formalização de sua empresa. A Lei que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios é a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal. Em seguida, vem a Lei Complementar nº. 128, de 19 de dezembro de 2008, que altera a [Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006](#), altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, [10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil](#), 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. A Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009 dispõe sobre o Microempreendedor Individual – MEI no âmbito do Simples Nacional.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão deu-se a partir de um estudo acerca de profissionais, autônomos, que trabalham de modo informal no município de Guarapari, região sul do estado do Espírito Santo. A cidade de Guarapari conta com uma população de 105.286 habitantes, tipicamente católica. O número de empresas atuantes é de 4.436 unidades, com 19.755 pessoas assalariadas, segundo dados do IBGE (2013). Foi escolhida esta localidade em razão da proximidade do pesquisador com o objeto de estudo.

Com base nos objetivos propostos, este projeto pode ser classificado como Pesquisa Descritiva, por ter como propósito a descrição da informalidade no mercado de trabalho, bem como os motivos que levaram a amostra estudada a empreender, acreditando que práticas podem ser melhoradas através da descrição e análise do perfil do grupo em questão. Este artigo tem enfoque Quantitativo. Segundo Gil (1987), a pesquisa quantitativa procura identificar em números, informações e opiniões para classificá-los e analisá-los. Além disso, sua finalidade é obter dados de determinada população, e é um método inerente ao intuito de descrever as características.

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado o levantamento bibliográfico, através da análise de livros, artigos científicos, periódicos, entre outros, para embasar a argumentação teórica. O método utilizado para obter informações relacionadas ao tema foi o questionário com 19 perguntas fechadas, de múltipla escolha, empregado para identificar os motivos pelos quais esse universo pesquisado não procura a formalização ou não identifica obrigatoriedade para tal. As perguntas foram agregadas em três blocos: o primeiro, refere-se ao perfil do empreendedor; o segundo, ao perfil do negócio; o terceiro, às principais causas da não formalização do negócio. Os questionários foram aplicados pessoalmente ou por e-mail. Primeiramente, realizou-se um pré-teste, cujo questionário foi aplicado a 10 empreendedores informais. Em seguida, aplicaram-se os

questionários a toda a amostra pretendida. Os dados foram coletados no mês de agosto de 2013. As variáveis utilizadas para representar o perfil do empreendedor foram: sexo; idade; estado civil; naturalidade; como aprendeu a atividade; se possui outra fonte de renda; razão pela qual começou a empreender. As variáveis que representam o perfil do negócio são: situação legal; tempo de atividade; situação de propriedade; onde opera o negócio; se possui familiares trabalhando no negócio; se possui funcionários. As variáveis que identificam as principais causas da não formalização do negócio são: ciência da obrigatoriedade da legalização do negócio; ciência dos procedimentos necessários para a legalização do negócio; ciência dos benefícios obtidos com a legalização; razão pela qual o negócio não é legalizado; se os clientes deixam de adquirir os produtos ou serviços por causa da não formalização do negócio.

Ao conhecer o número total de empresas atuantes no município de Guarapari, 4.436 (IBGE, 2013), além de observar que a taxa de informalidade na região metropolitana do Espírito Santo, na qual a cidade de estudo está inserida, é de 30.6% (IJSN, 2012), definiu-se a população estudada em 1.357 empreendedores informais. A amostragem utilizada adotou o intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Definiu-se a amostra por meio da estimativa abaixo (BERENSON, LAVINE, STEPHAN, 2000):

$$Z^2 s/2 \cdot 0,25$$

Em que:

n= Número de indivíduos na amostra;

Z s/2= Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

E= Margem de erro.

A amostra foi representada por 927 empreendedores informais, e a taxa de resposta considerada ideal é de 20%. O número de questionários preenchidos foi de 198, equivalente a 21,3%. A amostra utilizada foi do tipo não - probabilística por conveniência, cujos elementos são selecionados de acordo com a intenção do pesquisador (OLIVEIRA, 2001).

Os resultados da pesquisa são apresentados através da tabulação dos dados por meio de gráficos percentuais, além da análise específica de cada situação, no que tange ao perfil do Empreendedor Informal, ao tempo de atuação no mercado, à ciência da obrigatoriedade e dos procedimentos para a legalização, à ciência dos benefícios da formalização, às principais razões para a não formalização do negócio, às informações a respeito do negócio, ao impacto da não formalização nas vendas de produtos ou serviços, ao local da realização da atividade, às informações sobre o empreendedor.

PERFIL DO EMPREENDEDOR INFORMAL

A maior parte do grupo corresponde ao sexo masculino, cerca de 55,6%. A faixa etária de maior incidência está situada entre 40 e 49 anos, algo em torno de 29%, seguido da faixa concentrada entre 30 e 39 anos, com o número percentual de 26. As informações agrupadas quanto à faixa etária, nesta categoria, mostram que a amostra estudada está em conformidade com os dados obtidos pelo Sebrae (2005), que aponta que a idade predominante entre os empreendedores informais brasileiros está acima dos 40 anos, afirmando ainda que “os negócios informais constituem oportunidade de ocupação importante para as pessoas de idade mais avançada”(SEBRAE, 2005). Quanto ao estado civil, a maioria, 51%, encontra-se no grupo dos casados, com outros 29% situados no dos solteiros. Ao serem questionados sobre sua naturalidade, observou-se que 39% do total dos entrevistados não corresponde ao município onde foi realizada a pesquisa, apesar de formar a população fixa de Guarapari, este percentual é composto por migrantes. O Gráfico 1 relata as informações colhidas com relação à maneira com que o empreendedor aprendeu a atividade desenvolvida.

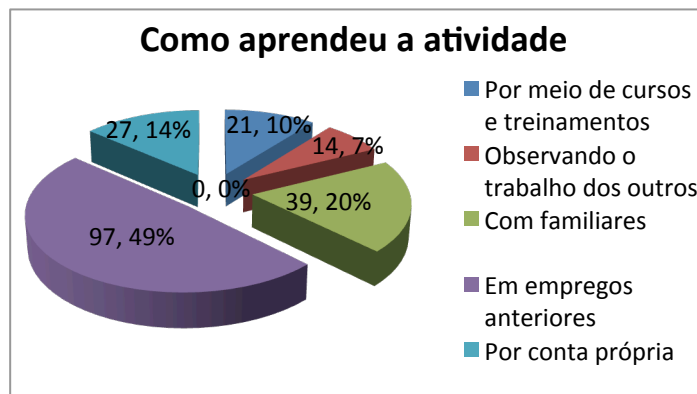


Gráfico 1: Como o empreendedor aprendeu as atividades desenvolvidas.

O modo como o empreendedor aprendeu ou conheceu seu negócio é um dado de extrema importância: 49% dos empresários participantes afirmaram ter conhecido seu ramo de atuação trabalhando no setor, em empresas de propriedade de outras pessoas. Outro caso, que aparece com certa incidência, trata de pessoas que herdaram seus dons, conhecimento ou suas empresas de seus familiares, cerca de 20%. Os empreendedores que identificaram a oportunidade e fizeram cursos profissionalizantes representam 10% da amostra, equivalente a 21 entrevistados. Observa-se, ainda, os que aprenderam a atividade desenvolvida observando o trabalho dos outros ou por conta própria, encontrados em 7% e 14%, respectivamente.

O trabalho procurou identificar, ainda, a possibilidade desses empreendedores possuírem outras fontes de renda, a não ser o negócio próprio e informal, apresentado no Gráfico 2.

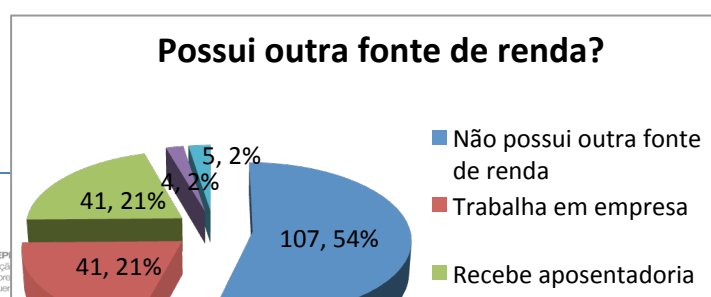


Gráfico 2: Outras fontes de renda dos empreendedores informais.

Dentre os entrevistados, 54% afirmaram não possuir outra fonte de renda, sendo o trabalho informal o seu único ganho; 21% confirmam que possuem como outra fonte de renda a aposentadoria; e os outros 21% possuem vínculos empregatícios em outras empresas. Os que recebem ajuda financeira de parentes ou amigos, ou possuem outras fontes de renda não determinadas, representam o total de 4% da amostra. Os dados informados estão em acordo com os obtidos na pesquisa realizada pelo SPC Brasil, a qual afirma que no Brasil “nem todos os trabalhadores recorrem à informalidade para complementar a renda familiar, mas que a maioria sobrevive integralmente da prática informal” (SPC, 2013).

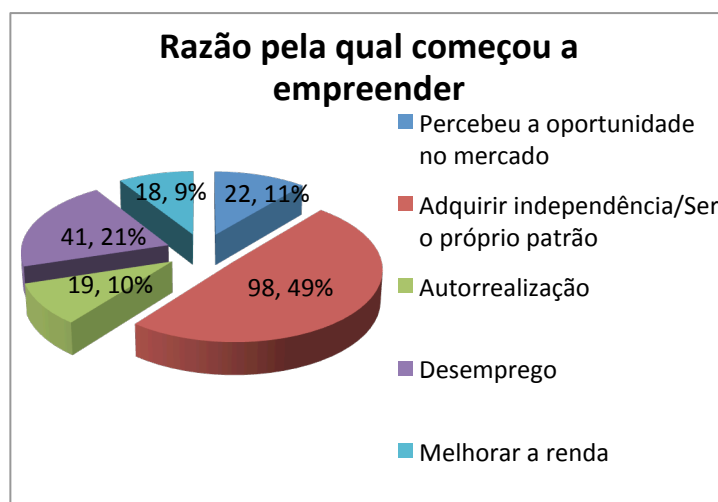


Gráfico 3: Razões que pelas quais os entrevistados começaram a empreender.

Das razões pelas quais os entrevistados começaram a empreender, 49% informaram ter sido pela vontade de adquirir independência, ser o próprio patrão. Em segundo lugar, vem o desemprego, com 21% das respostas, e em terceiro, está a percepção pela oportunidade no mercado, com 11%. Em seguida, estão a autorrealização e melhorar a renda, representando 10% e 9%, respectivamente, da amostra.

PERFIL DO NEGÓCIO

A fim de descrever o perfil dos negócios informais dos empreendedores entrevistados, foram abordadas as variáveis setor, tempo de atividade da empresa, situação de propriedade da empresa, local em que o negócio é operado e familiares e trabalhadores que atuam no negócio.

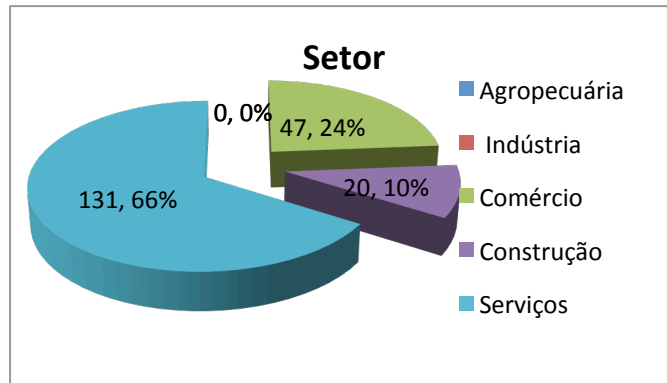


Gráfico 4: Setor de atuação do negócio informal

O Gráfico 4 apresenta os setores de atuação do negócio informal, no qual pode-se observar que os setores em que os empreendedores informais pesquisados do município de Guarapari/ES estão inseridos são: comércio, construção e serviços. O setor que representa a maior parcela da amostra é o de serviços, com 66%, seguido de comércio, 24%, e construção, 10%. Quanto ao tempo de atividade do negócio no mercado, os dados são descritos no Gráfico 5.

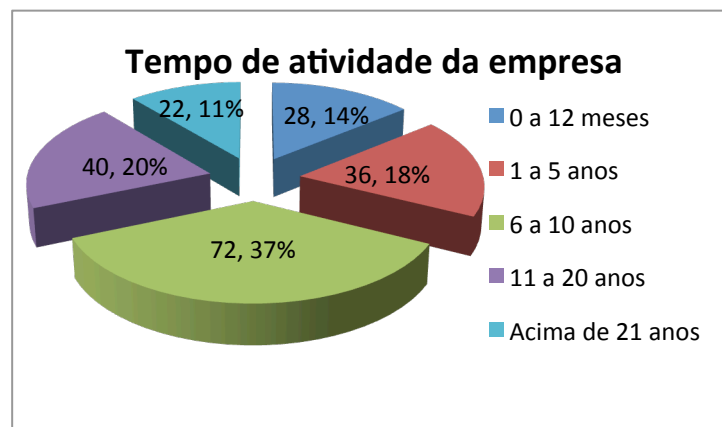


Gráfico 5: Tempo de atividade do negócio informal no mercado

Na pesquisa realizada, a maior fatia afirma que entre 6 e 10 anos está o tempo de atividade do negócio informal no mercado, representando 37% da amostra. 14% informaram ter iniciado suas atividades profissionais há menos de 1 ano, em contrapartida, tem-se o maior período, o acima de 21 anos de efetividade, composto por 22 empreendedores, 11%, sempre de modo informal. Ao observar-se os números indicados pelo SEBRAE, no ano de 2012, é possível perceber que os dados em relação às micro e pequenas empresas, no Brasil, vão de encontro aos identificados no trabalho em questão, pois o órgão expõe que grande parte das empresas, cerca de 48%, consideradas micro e pequenas, fecham antes de completar 3 (três) anos, enquanto esta pesquisa mostra que mais de 65% dos empreendedores informais estudados estão no mercado há mais de 5 anos.

Com o propósito de esclarecer informações a respeito dos proprietários, destacando se o negócio pertence a um único proprietário ou se existe sociedade, nota-se que, apenas 16% dos entrevistados trabalham no formato de sociedade:

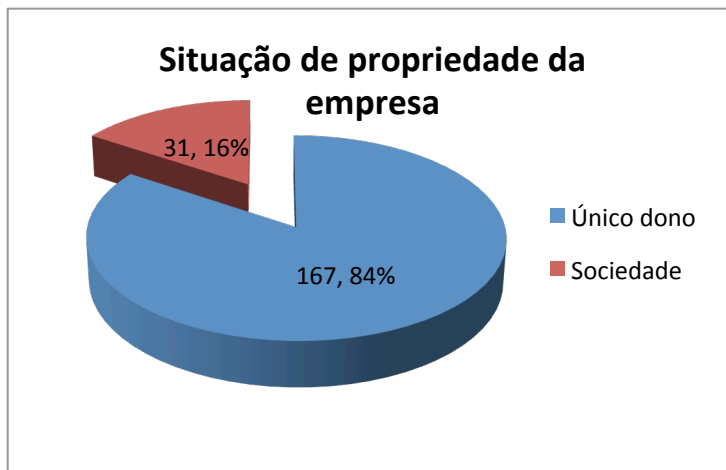


Gráfico 6: Situação de propriedade do negócio informal.

Os resultados dos dados apanhados, em relação ao lugar em que os empreendedores informais operam seu negócio, são apresentados no Gráfico 7.

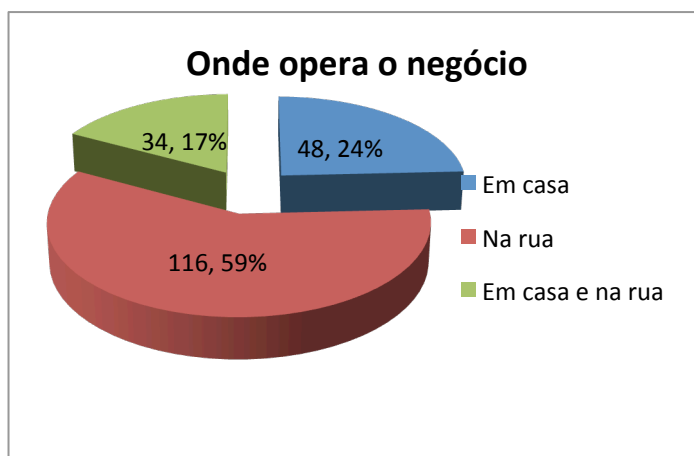


Gráfico 7: Local no qual o negócio informal é operado.

Quanto ao local de trabalho de cada empreendedor, foram listados 2 (dois) pontos específicos, residência própria e fora da mesma. Os que trabalham em sua própria casa e também fora da mesma representam cerca de 17% dos entrevistados. Já os que prestam seus serviços apenas em suas residências e apenas fora das mesmas têm o percentual de 24 e 59, respectivamente. Os dados são relacionados tanto à prestação de serviços, quanto à fabricação e venda de produtos.

As informações obtidas nesta categoria mostram que os locais de funcionamento dos negócios informais situados em Guarapari/ES são semelhantes ao mesmo padrão percentual que o restante do país. No Brasil, 27,3% das unidades desenvolvem suas

atividades nos domicílios; 65,1% fora do domicílio, e 7,6% de forma mista (no domicílio e fora do domicílio) (SEBRAE, 2005). Dentre os entrevistados, observa-se que 81% afirmaram não possuir funcionários com carteira assinada, pois têm como empregados seus familiares mais próximos, como mãe, filhos, irmãos e esposa ou marido. O número de familiares que trabalha no negócio é apresentado no Gráfico 8. O mesmo ocorre no restante do país, como mostra pesquisa realizada pelo SEBRAE(2009), que 84% dos empreendedores informais não possuem empregados.

Gráfico 8: Quantidade de familiares que trabalham no negócio informal.

A maior parte da amostra, 55%, equivalente a 108 entrevistados, não possuem familiares trabalhando no negócio; 29% possuem um (1) familiar, e 15% possuem dois (2) familiares trabalhando no negócio. Apenas 1% dos empreendedores estudados afirma contar com a colaboração de três (3) membros da família.

PRINCIPAIS CAUSAS DA NÃO FORMALIZAÇÃO DO NEGÓCIO

O resultado da pesquisa quanto à compreensão das principais razões pelas quais o empreendedor não formaliza seu negócio está exposto no Gráfico 9.

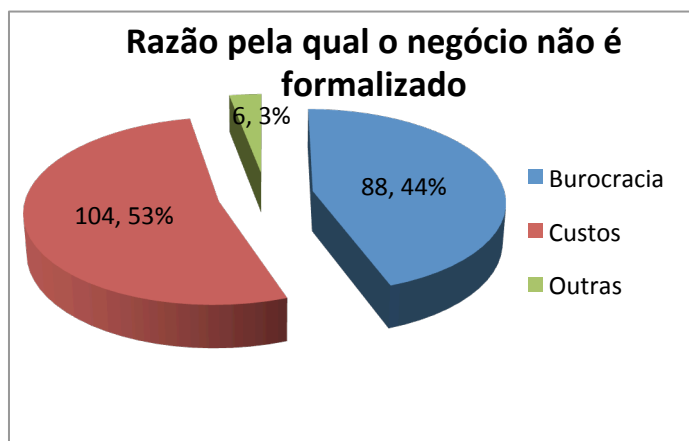


Gráfico 9: Principais razões pelas quais o negócio não é formalizado.

Os profissionais (53% - que representam 104 entrevistados), quando questionados acerca das razões para a não formalização do negócio, responderam que consideram como o maior dos empecilhos a burocracia. Outro fator indicado por 44% da amostra, foi quanto aos custos. Os dados apanhados nessa categoria retratam o mesmo cenário do restante do país, no qual o alto custo e a burocracia para abrir um negócio formal são as principais razões para os empreendedores se manterem na informalidade (SPC, 2013).

No Brasil, a legislação indica a obrigatoriedade da formalização dos serviços prestados por profissionais considerados autônomos. A Secretaria da Receita Federal, as Secretarias da Fazenda dos Estados e as Secretarias Municipais de Finanças poderão fiscalizar o cumprimento das obrigações fiscais conforme exposto no Portal do Empreendedor (2012). Porém, os números identificados durante a pesquisa indicam deficiência em relação ao conhecimento de leis que obrigam esse processo; 48% garantem não conhecer a obrigatoriedade de legalização prevista em lei, como mostra o Gráfico 10.

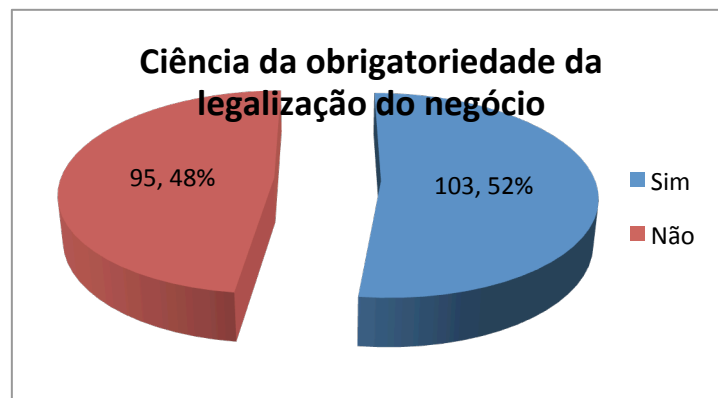


Gráfico 10: Ciência da obrigatoriedade da legalização do negócio.

Segundo pesquisa realizada pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) em 2013, 49% dos empreendedores informais brasileiros não sabem o que fazer para legalizar o seu negócio. O SPC (2013) revela ainda que 46% dos trabalhadores informais desconhecem completamente sobre o Microempreendedor Individual, por exemplo, uma maneira mais simples para o empreendedor, que fatura até 5 (cinco) mil reais mensais, formalizar o seu negócio.

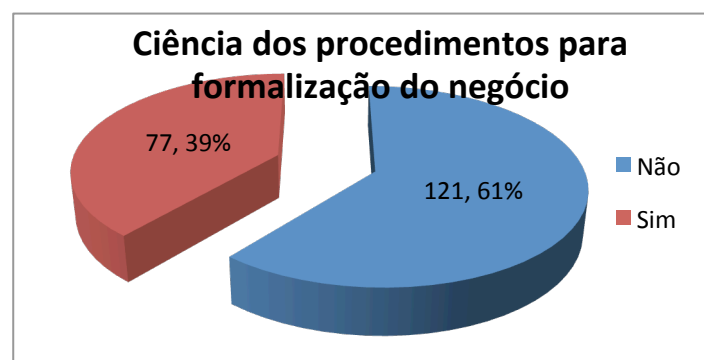


Gráfico 11: Ciência dos procedimentos para a formalização do negócio.

Como pode ser observado no Gráfico 11, no município de Guarapari/ES, o percentual de empreendedores informais que desconhece os procedimentos para a formalização é de 61%. De maneira geral, mesmo com o esforço do governo ao divulgar o assunto de maneiras diversificadas, a informação não está chegando ao público de interesse (SPC, 2013). Após buscar entender qual nível de conhecimento os empreendedores informais têm a respeito da formalização, busca-se relatar os benefícios obtidos com o processo de formalização no que tange à compreensão dos entrevistados.

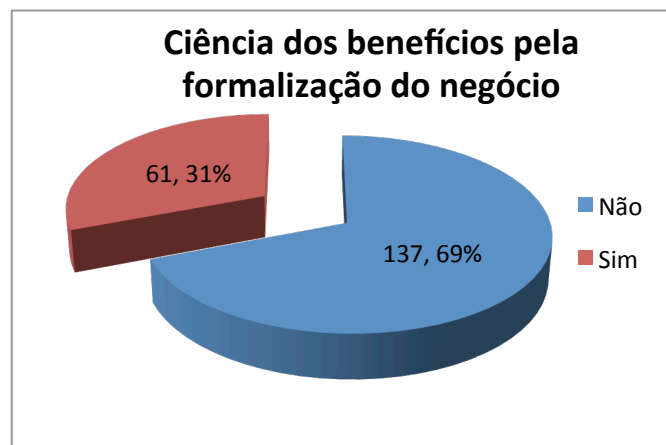


Gráfico 12: Ciência dos benefícios da formalização do negócio.

Dentre os pesquisados, 69% garantem desconhecer a existência de benefícios obtidos com a formalização do negócio. O restante afirma conhecer os benefícios, mas quando indagados sobre quais benefícios seriam, 29 responderam que seria a aposentadoria, e 7 responderam que seria a possibilidade de emitir notas fiscais, e os demais não responderam. De acordo com o SPC (2013), os empreendedores informais que possuem interesse na formalização observam como principais vantagens: “o acesso a crédito (62%); ampliar as formas de pagamento para os clientes(41%); necessidade de crescimento do negócio(38%); segurança para divulgar a empresa no mercado(38%); e não ocorrer riscos de apreensão de mercadorias(24%)” (SPC, 2013).

Ao buscar entender o impacto da não formalização do negócio nas vendas, a amostra foi perguntada se os clientes deixam de adquirir o produto ou serviço ao saber que o negócio não é formalizado. As respostas estão explícitas no Gráfico 13 a seguir:



Gráfico 13: Impacto da não formalização do negócio sobre a venda de produtos e serviços.

A grande maioria dos empreendedores entrevistados afirmou ter total aceitação dos clientes, mesmo não possuindo legalização no seu negócio, pois nenhum deles deixa de comprar seu produto ou solicitar seus serviços devido à falta de formalização ou não emissão de notas fiscais. Esta parcela da amostra representa 96%. Apenas 4% dos entrevistados afirmaram que existem clientes que não compram seus produtos e/ou serviços devido à informalidade. No Brasil, 17% dos empreendedores informais confessam já terem sofrido rejeição de clientes em relação à falta de garantia da qualidade do serviço prestado (SPC, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, a pesquisa apresenta os possíveis principais motivos para a não formalização dos negócios de um grupo de empreendedores no município de Guarapari/ES, além de indicar o perfil dos empresários entrevistados. Alguns problemas e dificuldades foram listados pelos empresários, dentre estes, o empecilho mencionado com maior frequência corresponde à preocupação com a alta burocratização do processo de formalização; mencionam a dificuldade quanto à burocratização, mesmo afirmando não saber o processo referente à legalização de seu negócio. Seguindo os problemas de maior incidência, o valor dos impostos a serem pagos mensalmente é outro fator que inibe a busca pela formalização, ou regularização dos negócios pesquisados.

O perfil do empreendedor informal situado no campo da pesquisa indica homens, com idades entre 40 e 49 anos, casados, que conheceram ou aprenderam seu negócio trabalhando, anteriormente, em empresas do ramo em que atuam nos dias de hoje, e não possuem renda extra. Os entrevistados começaram a empreender, em sua maioria, pelo desejo de ser o próprio patrão, característica diferente da observada no início do chamado “Setor Informal”, nos anos de 1960/1970, quando a informalidade no empreendedorismo era representada por pessoas desempregadas, que buscavam espaço no mercado industrializado, saindo do campo (SANTOS, 2008).

A pesquisa em questão torna possível observar o quão comum é entre os empresários informais estudados a falta de conhecimento a respeito dos benefícios em se tornar uma empresa formal, como: cobertura previdenciária, acessos a serviços bancários, inclusive crédito, maior facilidade para vender ao governo, entre outros apresentados no Quadro 2. Fator que, de forma indireta, apoia a não formalidade, já que, não conhecendo tais benefícios, o empreendedor passa a não possuir métricas para comparação entre o serviço formal e o informal, não sendo possível aferir, assim, qual a melhor maneira de seguir com seu negócio.

O tema discutido na pesquisa poderá ser utilizado em estudos futuros que tenham o intuito de expor as informações analisadas e os resultados obtidos aos empresários informais no universo de estudo, permitindo, deste modo, que o trabalho passe a servir de informativo e, até mesmo, fonte de pesquisa e estudo tanto a esses empreendedores, quanto a futuros pesquisadores interessados no assunto. A possibilidade de pesquisas expondo números, de ganhos e/ou perdas, realizando um cruzamento entre negócios formais e informais, também poderia ser levada em consideração, visto que pode vir a destacar a importância da formalização para os empreendedores de modo geral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniela Meirelles; REZENDE, Rafael de Oliveira; PEREIRA, Viviane Santos; NADU, Laura. Mapeamento dos estudos sobre empreendedorismo em eventos da ANPAD, de 2007 a 2011. **XV SEMEAD** Seminários em Administração ISSN 2177-386, out. 2012. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>> Acessado dia 15 de março de 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977 (2006).

BERENSON, Mark; LEVINE, David; STEPHAN, David. **Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva; JUNIOR, Ailton Bispo dos Santos; MOURA, Leandro Souza. O Uso do “Jeitinho Brasileiro” como um Recurso de Poder nas Organizações do País. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Rio de Janeiro – RJ, 2008.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Estudo Sobre a Essência do Empreendedorismo. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, 2006. Disponível em: <http://200.17.236.243/pevs/Empreendedorismo/essencia_do_empreendedorismo_enanpad2006-esoc-2015.pdf>, Acessado em 10 de outubro de 2012.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Esboço para uma teoria tridimensional do empreendedorismo. In: Enanpad, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANPAD, 2009.

DOLABELA, Fernando Celso. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, João Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FEIJO, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do Nascimento e; SOUZA, Augusto Carvalho de. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de

classificação de atividades baseada na ECINF. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, maio/ago. 2009.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil 2011**. Disponível em <<http://gestaportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/Livro%20GEM%20Brasil%202011.pdf>>. Acessado dia 15 de março de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HIRATA, Guilherme Issamu; MACHADO, Ana Flavia. **Escolha Ocupacional e Transição no Brasil Metropolitano: Uma Análise com Ênfase no Setor Informal**. Economia Aplicada, v. 14, n. 4, 2010, pp. 299-322.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 e 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **A evolução intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade Censos 2000 e 2010**. Vitória-ES, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010. 5. Ed.

LUDKE, Menga; André, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, 1999.

PAES, Nelson Leitão. Mudanças no sistema tributário e no mercado de crédito e seus efeitos sobre a informalidade no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG 20 (2) 315-340, maio/ago. 2010.

PASTORE, José. Como reduzir a informalidade? Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. **Revista do Ministério do Trabalho**, 2000.

Portal do Empreendedor. **Benefícios**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/beneficios>>. Acessado em 10 de agosto de 2013.

PORTER, Michael Eugene. **Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

[RAMOS, Lauro. A Evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano: 1991-2001. IPEA, 2002.](#)

[SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós – 1990. Pró-Posições, v.19, n. 2\(56\) – maio/ago. 2008;](#)

SEBRAE. **Anuário das Pesquisas sobre as Micro e Pequenas empresas (2011) – Série Estudos e Pesquisas.** Junho/2012.

[. Análise do segmento de empreendedores informais. Setembro de 2009. Disponível em: <\[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E2ECD3926CF09EE083257717004A4D35/\\\$File/NT00043F9A.pdf\]\(http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E2ECD3926CF09EE083257717004A4D35/\$File/NT00043F9A.pdf\)> Acessado em 20 de junho de 2013.](#)

[. Economia informal urbana. Observatório SEBRAE junho de 2005. Disponível em: <\[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E46F1ED009B/economia_informal_urbana.pdf\]\(http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E46F1ED009B/economia_informal_urbana.pdf\)> Acessado dia 19 de junho de 2013.](#)

[. Empreendedorismo. Disponível em: <<http://www.boletimdoempreendedor.com.br/boletim.aspx?codBoletim=370>> Acessado dia 05 de maio de 2013.](#)

SENTANIN, Luis Henrique Valenciano; BARBOZA, Reginaldo José. Conceitos de empreendedorismo. **Revista Científica Eletrônica De Administração** – ISSN: 1676-6822 Ano V – Número 9 – Dezembro de 2005 – Periódicos Semestral. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/adm09/pages/artigos/ADM-edic09-anov-art02.pdf>>. Acessado dia 15 de março de 2013.

SILVA, Jorge Luiz Teles da Silva; JUNIOR, Leonardo Ferreira Neves; PAIVA, Luis Henrique; ANTUNES, Marcos Maia; GONZALEZ, Roberto Henrique. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas do Governo Federal.** Estudo elaborado pelo Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego(MTE), Salvador, BA, 2002.

SPC Brasil. **Pesquisas.** Disponível em: <<http://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/189-metadedostrabalhadoresinformaisnaosabeoquefazerpararegularizaronegociodizpesquisaspc>> Acessado dia 20 de junho de 2013.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura.** Revista de Economia Política, v.26, nº 4(104), pp. 596-618, out/dez. 2006.